

ATA N.º 22/2019

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 2 DE MAIO DE 2019

Aos dois dias do mês de maio do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Peniche e Sala de Sessões dos Paços do Município, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Mark Paulo Rocha Ministro, Vice-Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves e David Jorge Martins Brás, Vereadores, reuniu-se, extraordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.º - Aprovação de atas de reuniões anteriores.-----

----- Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística:-----

-----Ponto único - Revisão do Plano Diretor Municipal – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

----- 2.º - Aprovação da minuta da ata. -----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram dez horas e oito minutos, encontrando-se na sala seis dos sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche. -----

A reunião foi interrompida entre as doze horas e trinta e seis minutos e as catorze horas e trinta e sete minutos. -----

Estiveram presentes os senhores: Ana Carriço, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, em regime de substituição, Alexandra Tormenta e Ângela Santos, Técnicas Superiores de Urbanismo da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante toda a reunião. Estiveram também presentes os senhores Jorge Carvalho e Gil Ribeiro da empresa Jorge Afonso Carvalho, Urbanísticas, L.^{da}, na apresentação, do ponto de situação do Plano Diretor Municipal. -

RECONHECIMENTO DE IDENTIDADE E LEGITIMIDADE:

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento de que o senhor Vereador Rogério Manuel Dias Cação e a senhora Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes, cidadã que se seguia na respetiva lista, comunicaram a sua ausência à reunião de hoje, ao abrigo e nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e, encontrando-se presente na sala o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, senhor David Jorge Martins Brás, da Coligação Democrática Unitária, conforme exarado no Edital n.º 52/2013, de 2 de setembro, emanado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche, na sequência do ofício n.º 1301547, datado de 28 de agosto de 2013, do Tribunal Judicial de Peniche, reconheceu a identidade e legitimidade do referido cidadão, pelo que este passou, de imediato, a participar na reunião, nos termos do n.º 1 do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:-----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

Ponto único - Revisão do PDM – Objetivos e Ponto de Situação do Plano – Pelouro do Planeamento:-----

Deliberação n.º 530/2019: Relativamente à revisão do Plano Diretor Municipal, usaram da palavra os senhores adiante designados:-----

Senhor Arquiteto Gil Ribeiro:

- Disse que foram identificados três desafios, um deles, o facto de haver um eixo principal que atravessava duas povoações e em particular, o cruzamento no Alto do Veríssimo, que era bastante perigoso, o segundo desafio seria o atravessamento da Bufarda, que também era difícil e tinha muitos constrangimentos, e o terceiro desafio seria o atravessamento dos Bôlhos, que também se fazia com dificuldade, referindo o facto das povoações da Ribafria e dos Bôlhos estarem muito perto da Albufeira das Cesaredas e de isso ser uma oportunidade, que valia a pena tirar proveito. Disse que seria a proposta global, que apresentavam sempre, que passava por salvaguardar um corredor, para quando, um dia, se quiser fazer o desvio do tráfego de atravessamento no eixo rodoviário da Estrada Nacional, uma melhoria do ponto de vista da segurança do cruzamento, três demolições estratégicas nesta via para criar variantes que ou iam muito para sul, ou iam muito para norte, havendo muitas dificuldades, no lado norte, a questão do Vale da linha de água, do lado sul, era um desvio muito grande, a definição dos perímetros urbanos, em função do nível de infraestruturas e por o edificado ser mais rarefeito, a marcação de áreas de edificação dispersa, uma área verde comum, cuja função seria ajudar a clarificar os limites dos próprios conjuntos urbanos, o aproveitar de alguma dinâmica de atividades económicas, para permitir que haja uma colmatação entre o Casal Alto Foz e o Alto Veríssimo, uma definição de uma área de atividades económicas, o ordenamento da zona principal da feira da Bufarda, incluído estacionamento e área de feira. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Disse que estavam convocados para uma reunião extraordinária da Câmara Municipal, sobre o PDM, que já estava marcada há algum tempo, referindo que havia uma pasta na Meocloud, relativamente ao PDM e não percebeu como é que estavam numa reunião, em que essa pasta não estava atualizada, porque o que lá estava, eram os documentos que foram presentes à reunião de Câmara em junho e setembro do ano passado, o que não faria sentido nenhum, e até pela importância da discussão e pela importância do assunto, seria normal que, convocados para uma reunião extraordinária sobre o PDM, em que não há matéria nova que lhes enviada, que a pasta estivesse, ao menos, atualizada, e não estava, e isso não credibilizava esta discussão, nem credibilizava o trabalho.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse ter referido na reunião de segunda-feira, que tinha solicitado ao Arquiteto Gil Ribeiro que fizesse ajustamentos, em resultado da última reunião de Câmara e também das reuniões, nas Freguesias, e depois de ter esses ajustamentos, iria partilhá-los. Disse que se ia tentar perceber se o que foi feito, se ajustava a aquilo que consensualizaram nessas reuniões, porque se não conseguissem conciliar o que estava em planta, hoje haveria a oportunidade de ratificar o que fosse necessário e depois partilhariam. Disse que o caminho que estavam a tentar percorrer, seria ajustar o trabalho de hoje, a aquilo que foi a discussão nas últimas vezes que estiveram reunidos, nomeadamente com as Juntas. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Disse ter questionado qual era o documento que estavam a apreciar, e já percebeu que o vinte e seis do dois, não era aquele que tinha em sua posse, mas, no entanto, já percebeu porque havia esta

confusão, referindo que tinham ambas a mesma legenda, que era “janeiro 2018”, ou seja, uma era posterior à outra. Disse que, à partida, aquele que era o mais desatualizado, também dizia “janeiro 2018”, não havendo uma referência se seria a versão 1 ou a versão 2 e foi por isso que fez esta confusão, não sabendo o que era suposto considerar como a versão mais atualizada, tendo depois percebido. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que também já se verificou que tinham pedido a questão dos equipamentos, que tinha vindo no dia 26 e não se aperceberam dela, porque era enviado por email. Disse que seria importante, como o senhor Vereador Jorge Gonçalves tinha pedido, que a pasta da Meocloud fosse atualizada, com toda a informação disponível e assim seria muito mais fácil. -----

Senhor Arquiteto Gil Ribeiro:

- Para concluir a apresentação, disse que havia a ligação à área central dos Bôlhos, que convinha estruturar, a variante norte para salvaguardar e as duas ligações, tanto para as Cesaredas, como para a rede que circula a albufeira e depois, sinalizando o que consideravam, como intervenções prioritárias, uma intervenção que permitisse um cruzamento em segurança, as demolições na estrada que liga o Alto Veríssimo com a Ribafria e que atravessa naturalmente os Bôlhos, a qualificação do centro dos Bôlhos e a ligação, tanto às Cesaredas, como à Albufeira. Disse que, de todas as propostas, estas foram aquelas que identificaram como prioritárias. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que na semana passada, tiveram a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento local do PDM. Disse já ter tido oportunidade de dizer ao senhor Presidente, na última reunião de Câmara, o que acharam que não funcionou bem, nessa dita reunião, porque uma coisa seria fazerem uma reunião para cumprir calendário e cumprir uma deliberação da Assembleia Municipal, e isso não ter consequência quase nenhuma, e outra coisa seria, tendo em conta que a Assembleia Municipal decidiu tirar proveitos das reuniões em que estavam outras pessoas e entidades que pela primeira vez olham para este documento, tendo achado que para todos, seria uma aprendizagem daquilo que podia vir a ser, ou do vazio que podia ser, as apresentações públicas, se não forem bem organizados e se não tiverem um propósito claro de querer mesmo conhecer a opinião das pessoas. Disse que a opinião das pessoas no Plano Diretor, era uma coisa difícil de selar, porque não conseguiam olhar para o plano e começar a dissertar sobre estas matérias, e por isso, tinham que ir sempre com um plano para que depois não surja um vazio. Quis dar três notas do que aconteceu na reunião, que considerou que todos deviam olhar, começando por dizer que o senhor Presidente de Câmara ia para uma reunião, que não tinha caráter político, era uma reunião para ouvir entidades externas, referindo que na sua intervenção inicial, disse logo que tinha a convicção de que este documento não iria ser aprovado por unanimidade, e do ponto de vista da senhora vereadora, foi um mau ponto de partida, porque se o que entenderam, quando davam propostas, de que a ideia seria acolher o máximo de propostas para que seja unânime, ficava mal ao senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção inicial e quase única, do ponto de vista daquela reunião, vir dizer que seria um documento que não iria ser aprovado por unanimidade. Na altura, não fez qualquer consideração, por ter achado que não o devia fazer, não estava na reunião de Câmara, tendo apenas anotado, tendo seguido em frente porque seria numa reunião de Câmara que deveria dizer que achava que se fosse esse o caminho nas apresentações públicas, já estavam a começar mal, sendo esta uma primeira nota, relativamente à intervenção de abertura do senhor Presidente. Achou que seria natural que as entidades externas e as associações não tivessem capacidade de resposta, porque a reunião teve muitas falhas, transmitindo isso ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, já tendo transmitido isso ao senhor Presidente de Câmara, de que aquela

reunião precisava de estar formalmente organizada, precisava de ter um Presidente, por ter ficado sem perceber que era o Presidente da Comissão, precisava de ter documentos enviados previamente, para as pessoas poderem pronunciar-se com algum tempo, precisava de ter um apoio do Município para fazer, não uma ata, mas um resumo das conclusões que saem daquelas reuniões e depois, precisava de perspetivar aquilo que vai fazer na reunião seguinte, ou seja, precisava de pedir às pessoas que fazem parte daquela Comissão, que se venham a pronunciar sobre alguma coisa, e o que não fazia sentido nenhum, seria ir para uma segunda reunião da mesma maneira como foram para a primeira, tendo achado que tinham que se debruçar um pouco mais sobre o assunto e ver como é que podiam tornar aquilo mais prático, mais eficiente e eficaz. Disse que era importante, nesse âmbito, ter uma pasta, uma partilha, uma rede de contatos, tinham de saber quem eram as pessoas que compunham a Comissão, referindo que não sabia quem eram as pessoas que compunham a Comissão, quem eram os representantes das diferentes associações, tinham também, junto de associações, fazer uma sensibilização à participação porque, do que pode apurar, muitas delas, viram o email, mas não lhes suscitou muito interesse e acharam que seria dispensável ou que não seria tão importante, tendo sido essa a conclusão que tirou depois de uma conversa, nomeadamente com o MOV Peniche, que era um novo grupo empresarial, que tinha uma palavra a dizer sobre o assunto e tinha uma dinâmica muito recente, e achou que seria importante aproveitar possíveis contributos, tendo dito que já fez o seu papel de tentar sensibilizar, tendo achado que caberia ao senhor Presidente da Assembleia, que era o Presidente da Comissão, fazer isso, junto das diferentes associações porque, das seis que tinham sido nomeadas, apareceram duas, e que teria sido importante, porque a primeira reunião, foi exatamente a apresentação, referindo que o senhor Arquiteto Gil Ribeiro conseguiu, naquele espaço de tempo, fazer a apresentação de forma bem conseguida, para dar a conhecer o que seria este documento. Dando uma última nota, ainda relativamente à reunião, disse que se o senhor Arquiteto Gil Ribeiro começou bem e esteve bem, achou que no fim, esteve mal, porque os comentários finais deram azo a que depois tivesse umas conclusões que eram aquelas que não deviam ter, ou seja, ninguém devia ser afrontado pessoalmente por ter uma decisão ou por ter uma opinião e por defende-la com unhas e dentes, tendo achado que as apreciações finais seriam dispensáveis, porque depois, as pessoas que se esforçavam e que davam do seu tempo, em troco de nada, referindo-se ao professor Júlio Coelho, fazia isso porque gosta de o fazer, porque se dedicava e porque pediram-lhe para que se dedique, por ter tempo para ver a legislação, escreveu documentos, participou no documento do PSD, vinha a estas reuniões e não recebia nada por isso e depois, era confrontado pessoalmente por ter uma decisão. Quis fechar este capítulo e dizer que achava que era importante que se perceba que era diferente estar numa reunião de Câmara, onde podiam dizer determinadas coisas, do que estar numa reunião de Comissão de Acompanhamento, que queriam que fosse bastante produtiva e talvez seria contraproducente, para falar em relação à reunião, que participou e onde até teve pouca participação, para tentar não condicionar a opinião de ninguém, só achou que teve que participar nos momentos em que achava que ia ficar sem assunto e, de certa forma, acabaram por aflorar alguns temas, como o caso do Turismo, que ainda não foi muito falado, mas já se viu que, eventualmente, tinham opiniões diferentes, relativamente à forma como vão abordar essa matéria. Relativamente ao que tinham hoje em análise, disse que fizeram esta ronda, onde viu que muitas das propostas que agora são apresentadas, no que toca a identificar coisas que não estavam na planta de janeiro de 2018, já foram integradas, e naquelas referências que fizeram no seu documento de janeiro, muitas delas estavam integradas, mas continuavam a ver neste documento, não sendo a sua vontade, não era a vontade do senhor Vereador Filipe Sales, continuavam a não ver vontades individuais, com exceção de uma, a do senhor Presidente de Câmara, que estava sempre acima de todas as vontades. Disse que o senhor Presidente da Câmara, naturalmente tinha, um cargo de maior responsabilidade do que os senhores vereadores, que não tem Pelouros e não são presidentes, como gostava de lembrar, mas a verdade, seria que a vontade do senhor Presidente

superava sempre todas as vontades, tendo identificado essa realidade, quando estavam na reunião de Acompanhamento do PDM, a falar sobre a Marginal Norte, tendo sido aí que começou a ver e foi ver tudo o que estava na planta e foi perceber. Disse que até podiam propor, mas se o senhor Presidente da Câmara entendesse que seria uma boa solução, ela apareceria na planta de ordenamento e se entendesse que não seria, não apareceria, sendo um método de trabalho, não pondo em causa que seja assim, percebendo que não iria ser por unanimidade porque quando se depara com esta realidade, começava a perceber com funcionavam porque, no que tocava à Marginal Norte, referiu que o senhor Presidente da Câmara foi sempre defensor de que ela devia afastar, naquilo que não podia, quando tinha que afastar, mas que tinha que retomar junto à água, sempre que fosse possível, sendo essa a sua posição. Lembrou que no início destas discussões, o senhor Presidente da Câmara disse que se fosse uma Marginal, teria que ser uma Marginal, tinha que estar junto ao mar, sendo essa a sua posição. Disse que o senhor Presidente de Câmara mudou de posição, sendo legítimo que a mude, tendo em conta, fatores técnicos que lhe são apresentados, não tendo nada contra isso, porque todos podiam mudar de opinião com o decorrer deste processo. Disse que o senhor Presidente fez uma intervenção nessa reunião, que deixou claro que hoje entendeu, face às questões técnicas que estavam em cima da mesa, que a Marginal já não devia estar junto à água, mas devia estar no sitio onde estava, depois de passar a zona da escola, levando-a a crer que uma coisa que defendia inicialmente e que agora não defende porque, tecnicamente alguém lhe disse que não deve defender, sendo legítimo, era a vontade que era marcada neste plano, que seria apenas a do senhor Presidente da Câmara. Referiu que o senhor Presidente da Câmara disse que não podiam retomar a Marginal Norte, próximo do sitio que tinha hoje, porque os planos não o permitiam, querendo que lhe digam nesta reunião, para poder ter conhecimento e para poder decidir em conformidade, porque a Marginal não podia voltar ao sitio, ou próximo do sitio, onde está hoje, no troço que ia entre a Escola e o Cabo Carvoeiro. Quis que lhe dissessem tecnicamente, o que violavam se a repuserem próximo do sitio onde estava e que lhe possam dizer que esta ideia com que ficou, de que a vontade do senhor Presidente da Câmara, era superior a todas as vontades, possa não ser assim, querendo que lhe mostrem que não era assim, gostava que não fosse assim, para continuarem a dialogar sobre o Plano Diretor e de poderem encontrar uma solução que agradasse a todos, que significava que seria a melhor solução que conseguiram encontrar para este documento. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que a senhora Vereadora Cristina Leitão estava a ser muito injusta porque, se houve alguém que procurou soluções de consenso, foi o Presidente e inclusive, situações onde tinha dúvidas, continuando com dúvidas em algumas delas, a senhora Vereadora queria impor a sua vontade e procurava influenciar nesse sentido. Sobre a questão da Marginal Norte, que a senhora vereadora se estava a referir, disse que, o próprio, desde o principio, simpatizava mais, particularmente no troço que foi referido pela senhora Vereadora, a seguir à ESTM, que se desviasse, tendo pena que se tivesse feito o projeto do arruamento a sul da ESTM, simpatizava mais com a alternativa que viesse a apanhar a Marginal. Disse que a questão, seria a questão técnica, tendo sido sensibilizado para essa situação, admitindo revê-la pessoalmente, não querendo impor vontade nenhuma a ninguém, não estando a levantar dificuldades de nenhuma ordem do quer que seja no PDM. Disse que queria procurar consensos, percebendo que há pressões, e que foi evidente no documento do PSD, que inicialmente apareceu como sendo o documento do Vereador Júlio Coelho e depois foi assumido que era do PSD, respeitando-o, podendo não concordar com ele e até achou, por aquilo que aconteceu na Comissão de Acompanhamento, devia ser vista uma posição de alternativa às duas que estavam em cima da mesa, referindo que o Arquiteto Gil Ribeiro ficou de avaliar com o professor Jorge Carvalho, para ver, em termos de ocupação do espaços, que seria o mais complicado. Disse que não queria impor nada sobre as propostas que estavam em cima da mesa,

mas que houvesse um PDM, já tendo dito que o PDM era um documento ordenador ou um guião, não devendo ser a vontade de ninguém do Executivo, mas a vontade do Executivo, respeitando também a opinião das populações. Disse que o que estava proposto vai ser, dentro da medida do possível, gostando que todas as posições fossem consensualizadas, que ninguém impusesse a vontade a ninguém e depois, quando referiu que o PDM poderia não ser votado por unanimidade, seria para aliviar a pressão. Disse que estava a tentar encontrar as melhores soluções em relação ao PDM, referindo que a Marginal Norte foi sempre uma questão que a senhora vereadora entendeu que queria outra solução, e na altura, consensualizaram esta solução, respeitando aquilo que existe e que a senhora Vereadora, há alguns meses atrás referiu, que era um relatório da APA, em relação à necessidade de afastamento da Marginal, das falésias, e tentar conciliar com o interesse de muitos, neste concelho, de manter a Marginal como uma circular utilizada para passear, ver as paisagens, o mar e para aliviar a pressão do dia a dia, sendo esse, o sentimento. Disse que não fazia questão nenhuma que a Marginal passe por dentro, a partir da ESTM, por pensar que a partir daí, as próprias falésias são consolidadas, e que seria preciso perceber se o que podiam propor, que era manter a Marginal a partir da ESTM, junto ao mar ou mais junto às falésias, tendo consciência do que isso implicava em termos da abertura do novo arruamento, ao lado do que já lá estava, porque, na sua opinião, pareceu-lhe que que não servia os interesses, que seria passar o tráfego para o Cabo Carvoeiro. Disse que estavam a tentar passar uma imagem sua, que não era real, neste e noutros aspetos, vivendo bem com isso. Disse que tentava aceitar os alertas, as propostas dos técnicos externos e dos técnicos internos, que também tinham a sua sensibilidade, porque, por vezes podia parecer muito fundamentalista, mas havia que respeitar, estando tudo em aberto e nada estava decidido.-----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Referiu que o senhor Presidente da Câmara dizia sempre que estavam nesta reunião extraordinária para avançar com o PDM, e se os técnicos estavam presentes, era porque os tinham, mas não deixava de ser uma reunião de Câmara e não seria na reunião de Câmara que deviam falar sobre estes assuntos. Disse estar à espera que seja como o senhor Presidente da Câmara agora lhe disse, apesar de ter dito, no que toca à questão do urbano de baixa densidade e do rústico de edificação dispersa, que não concordava com a posição da equipa do PSD, e que agora havia que ponderar estas duas hipóteses, estando com uma abertura diferente do que estavam há uma semana, relativamente à questão da mancha castanha que ocupava parte do território de Peniche. Disse que, a matéria dos urbanos de baixa densidade e das edificações dispersas, ainda não veio à discussão nesta Câmara Municipal, tendo sido uma matéria que ficou sempre para o fim, apesar de ter sido a primeira que abordaram com o documento do professor Júlio Coelho e nunca fizeram uma discussão concreta em reunião de Câmara, até por haver regras que iam ser adaptadas e esperaram por essa oportunidade para voltarem a discutir a matéria dos castanhos, que estavam na planta de ordenamento, estando à espera que haja abertura para ver essa matéria, assim que também haja abertura para uma matéria que foi ventilada na reunião da Comissão de Acompanhamento, por outro partido, de que a questão de a Escola estar num polo e o urbano estar a meio termo e não haver ali uma forma para que o urbano tenha uma continuidade, era algo que não seria benéfico, porque havia a ideia de que era importante que o urbano agarrasse a zona da escola e poder fazer ali, uma zona mais qualificada na Estrada dos Remédios. Disse ter sido uma questão que foi levantada e que na altura, pensou que talvez fizesse algum sentido, até por terem um núcleo urbano junto à escola, que só ali estava para resolver uma situação que todos conheciam qual era, e por isso, podiam fazer uma nova integração do urbano. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Não concordou com aquilo que lhe pareceu ser a posição do PSD, de construir nos terrenos

castanhos, quase como podiam construir em toda a cidade, tendo sido isso o que entendeu. Disse que, obviamente, havia um conjunto de interesses, que tinham que ter em consideração, devendo respeitar os interesses que existem, referindo que não defendiam o mesmo tipo de interesses e que isso era perceptível ao longo de todo o mandato. Disse que a senhora vereadora podia dizer tudo o que quisesse do senhor Presidente, que o senhor Presidente queria impor a sua vontade, que devia ser um iluminado, por estar a decidir o PDM todo e o próprio não podia dizer nada, e o seu sentimento, seria que a maior diferença que existia em termos do PDM, seria exatamente em relação aos terrenos castanhos, tendo sempre dito que achava interessante que esses terrenos fossem, de alguma forma, salvaguardados, para serem utilizados, nomeadamente em relação a equipamentos ou em relação ao turismo, e que ali não se deixasse de fazer, o que se têm feito na Marginal Sul. Disse que no fim da reunião da Comissão, tentou-se sensibilizar para haver uma maior flexibilidade, que seriam os índices da ocupação dos terrenos, tendo sido isso que entendeu que poderia ser avaliado, como entendeu sempre, nunca entendeu que aquilo estava fechado. Não concordou que aquela área seja tratada como todas as outras áreas urbanas. Em relação a um aspeto referido pela senhora Vereadora, particularmente os técnicos externos que estavam presentes, disse sempre ter defendido, podendo alterar também essa posição, que seria melhor para o acesso e para a ligação urbana aos Remédios e à Escola, que a Estrada dos Remédios passasse a ser uma via de um sentido e que se abrisse uma nova rua a sul, havendo até um levantamento de quem são os terrenos, com o propósito de abrir uma rua no sentido contrário para se poder circular a partir do largo que foi adquirido por uma nova escola que funcionava num hotel, que era algo que sempre defendeu, referindo que o professor Jorge Carvalho não simpatizava com essa solução, mas o próprio simpatizava, e que permitia, no fundo, fazer essa ligação, e que apesar de não serem grandes terrenos, permitiria construir até ao triângulo, perto da Travessa da Fialha, defendendo essa possibilidade, porque não acreditava, mesmo que fique em PDM, que a Avenida Paulo VI seja aberta nos próximos anos, como outros assuntos que estavam a delinear, que acharam que eram coisas transcendentais e que sabiam que não havia condições para as fazer. Disse não ter posições fechadas, mas na generalidade, tinha preocupações e gostava que todos fossem sensíveis a não hipotecar o futuro do desenvolvimento do concelho, porque já tinham, dentro da península, muitos poucos espaços, em zonas privilegiadas e que outros concelhos aproveitaram muito melhor, por terem tido um planeamento estratégico diferente. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse que, de acordo com o programa que estava pré-definido, mostravam uma a uma, as alterações que introduziram, em função da discussão que já houve, fechando isso. Disse que, depois, havia um conjunto de temas, que de alguma forma, estavam a ser aflorados, de uma forma não organizada, que valia a pena também fechar, identificando quais são, e seriam discutidos um a um. Propôs que começassem por mostrar as alterações que fizeram, decorrente da discussão que tiveram, e que depois, se fosse a esses temas, que algum dos senhores Vereadores entendesse que devia ser tratado, para chegar a conclusões ou procurar conclusões. Lembrou que fizeram algumas alterações na Atouguia, na Serra d'El-Rei, em Ferrel, não tanto por iniciativa da Câmara, mas por proposta da Junta e que na cidade eram alterações mínimas do que já foi discutido. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Disse que tinham que se entender relativamente a estas matérias e à metodologia, por começar amanhã, uma apresentação pública destas propostas, que poderão não ser da Câmara, mas da equipa técnica. Disse que ainda não decidiram nada, nunca votaram nada, relativamente ao assunto, nem consensualizaram nada, porque, por exemplo, relativamente à Marginal Norte, não consensualizou a proposta, nem estava a favor dela. Disse que a cidade não tinha propostas mínimas, e depois, tinham que ver quais foram as alterações e em função da questão que aqui

houve, que foram introduzidas pela equipa técnica, referindo que o senhor professor não teria um aliado, em termos públicos na defesa desta proposta, e da parte do senhor vereador, teria um inimigo público desta solução. Achou que o que consensualizaram, foi consensualizado e teria menos problemática, do ponto de vista da discussão, e que gostaria de começar por aquilo que não consensualizaram, por aquilo que são problemas. Disse que, se a Câmara ainda não votou nenhuma solução para lado nenhum, questionou como se apurava as vontades dos eleitos e das Câmaras, que seria através de votações e por isso, teria que haver metodologia relativamente a essa matéria. Achou que o mais importante, seria discutir e chegar ao consenso daquilo que ainda não conseguiram consensualizar. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse que de objeções das Estradas de Portugal, relativamente ao momento da aprovação do Plano de Urbanização do Vale do Grou, em que eles estavam apreensivos sobre a capacidade de escoamento a partir das rotundas. Disse que por outro lado, se e quando aquela zona de atividades, com a dimensão que estava proposta, quando e se acontecer, seria evidente que gerava um tráfego significativo. Disse que seria um eixo de defesa, que não era urgente, na sua opinião, não havendo nenhuma razão para não ser salvaguardado, porque seria a boa solução para chegar à zona de atividades económicas, se ela acontecer com aquela dimensão. Disse que seria evidente se o que acontecer, ao contrário, no núcleo norte, talvez não fosse nada urgente, mas o reservar vias para este género, seria o tipo de coisas que os planos devem fazer e, portanto, seria a boa solução direta.

Técnica Superior, senhora Alexandra Tormenta:

- Disse que nunca seria a parte do retomar a via, porque senão, estavam a bloquear a questão dos modos suaves, que tinha que ter a continuidade. Disse que a vantagem da paralela seria que continuavam a ter, efetivamente, a Marginal e as vistas, interiorizando muito. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse que havia duas questões que eram distintas e uma delas, a que a partir do momento que para a Câmara seja entendido como importante, perspetivar um percurso mais próximo do mar, mesmo que esteja a pisar a REN, seria evidente que podiam tentar. Disse que a segunda questão, seria uma questão de fundo e de convicções, parecendo-lhe que ninguém duvidava, por ser óbvio, que o potencial que este concelho tem, que esta península tem, para questões de turismo na natureza, só que em todo o lado, a aposta no turismo na natureza estava a tirar de lá o carro, estava, ao contrário, a reservar essas zonas, para os percursos de modos suaves, porque o turismo de natureza funcionava dessa maneira e ao contrário, a presença do carro desvalorizava as dinâmicas que estavam a acontecer ao nível do desenvolvimento turístico e por isso, imaginando, sem subterfúgios, que não havia o condicionante legal, mas mesmo assim, defenderia que funcionava muito melhor o carro de forma mais recuada e ao contrário, potenciar o resto para turismo de natureza noutra perspetiva. Disse que os senhores vereadores, já em determinada altura, comunicaram-lhe algo que percebeu, que as pessoas estavam muito habituadas a fazer uma volta que muitas vezes, noutros sítios chamava-se a volta dos turistas e percebeu que, desse ponto de vista, retirar de lá a Marginal, seria uma rotura dessa prática que também tinham que ponderar. Do seu ponto de vista, não havia nenhuma objeção de fundo em procurar a terceira alternativa, que não lhes pareceu melhor, era indiscutivelmente mais cara, seria legalmente discutível, mas se a Câmara o entendesse, não seria algo que, do ponto de vista técnico, façam finca-pé, não sendo essa a questão. Disse que havia a hipótese de retomar a via existente, porque não iam mantê-la, quando estava enunciada, como estando em perigo. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Achou que a sugestão seria ter uma estrada para modos suaves e fazer uma nova estrada ao lado. Disse que a nova estrada que começava a sul da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar e, depois, cortava ao lado dos Rotários, seria a mais premente e nos próximos anos, teria que ser construída para retirar o tráfego junto ao Santuário. Disse que a sugestão que estava em cima da mesa, seria considerar a proposta n.º 2. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse que ter algum afastamento, por um lado, defendendo sempre que a cidade tinha que chegar lá, e do ponto de vista viário tinha que chegar lá em boas condições, num espaço desempoeirado, em que do ponto de vista da acessibilidade e circulação, que funcione. Disse que, se de alguma forma pegasse numa via, não garantia uma melhor acessibilidade e mobilidade, tinham o estrangulamento na mesma, e, portanto, precisavam da outra via que dê uma boa acessibilidade. Pareceu-lhes muito mais interessante que a cidade se aproxime, mas que depois, tenha um espaço de não ocupação antes de chegar aos Remédios, realçando muito mais, a importância dos Remédios, e que se enfiasse ali uma urbanização, de que não necessitava propriamente, achou que estavam a banalizar os Remédios, sendo um problema de força, de como o viam e de como chegavam lá. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Disse não ser séptico, relativamente a algumas das soluções, mas tinham que ter a noção de que algumas delas, eram possíveis de custear através desse tipo de operações e outras não eram, referindo que estavam a fazer um PDM, que em princípio, teve um prazo de validade de dez anos, admitindo que leve vinte anos, seria uma outra questão que falta neste PDM, que seria saber o que é pagável através da operação de terceiros e o que a Câmara teria que suportar, e seria preciso orçar o custo deste PDM para os próximos vinte anos, para saberem do que estavam a falar. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que independentemente da solução o “cotovelo” que a Marginal, que deixou de ser Marginal, fazia mesmo no largo dos Remédios, seria totalmente desnecessário e parecia que quase obrigava os carros a entrarem dentro do Santuário. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse que seria tudo espaço público e, portanto, tinham sempre margem de redesenhar, mas surgia, de facto, em função do desenho urbano que fizeram para o local. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Quis perceber se senhores vereadores simpatizavam ou não, com a abertura do novo arruamento, para fazer dois arruamentos com sentidos contrários, para se trabalhar ou manter o que estava na proposta do PDM. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Disse que, do ponto de vista teórico, não o preocupava, mas do ponto de vista do investimento, preocupava-lhe saber quanto vai custar tudo, se a solução, por cima, era pagável através da operação de terceiros, se a debaixo também seria, qual seria o efeito que teria a debaixo. Disse que seria tudo mais complicado que pura e simplesmente dizer se seria bom ter uma por cima e outra por baixo, perguntando se fazia falta e se seria necessário, que seriam as questões que se teriam que colocar porque muito pouco custo, seria sempre mais um investimento e não iam ter capacidade financeira para fazer tudo o que está a ser proposto nos próximos vinte anos. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que tinham de decidir, se ficava ou não ficava, que era o que estava em cima da mesa, e para si, seria uma boa solução. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que não se opunham a essa solução, que gostavam que fosse depois concretizada. Disse que, para criar melhores condições, não seria uma pior solução, fazer uma ligação do branco com o outro branco, como disse a Arquitecta Alexandra Tormenta. ----- .

Senhor Professor Jorge Carvalho.

- Disse que na sua leitura da lei, propor que a zona castanha seja urbana era ilegal, porque todos os instrumentos, a partir da Lei de Bases, especificam que os perímetros urbanos a visar as construções, teriam que diminuir e depois, sendo certo que, como a delimitação da área urbana teria que se limitar às áreas que estavam totalmente ou parcialmente urbanizadas ou edificadas. Disse que seria verdade que tinha por ali, um pouco de edificação e de infraestrutura e se lesse só essa imposição legal, tinham margens de manobra que podiam usar, embora ali, seja muito forçado, porque a edificação e a infraestruturas eram poucas, mas podiam forçá-la, não esquecendo a outra orientação geral, que pesava muito mais, de que tudo o que sejam áreas, perímetros urbanos e áreas de construção, tinham que ser diminuídas significativamente, porque a imposição da lei era claríssima e portanto, conjugando as orientações legais, do seu ponto de vista, seria ilegal manter aquilo como urbano, estando a falar do ponto de vista legal, continuando a dizer o que disse antes e que o senhor Vereador interpretou mal, como se tivesse dito que os senhores Vereadores estavam a propor ilegalidades como se tivessem a intenção de propor ilegalidades, e o que disse e que mantinha, seria que a proposta e a decisão da Câmara, se a Câmara assumisse, na sua perspectiva, seria ilegal. Do ponto de vista do desenvolvimento da cidade, disse que seria negativo, porque a cidade teria que ser consolidada e essa consolidação teria que passar, em primeiro lugar, pela reabilitação urbana e pela aposta na reabilitação urbana, onde tinham um grande número de fogos degradados e vazios, e por outro lado, já estavam a prever reforços de novas urbanizações, de dimensão significativa, um pouco ao longo do Fosso da Muralha e muito no Eixo Central e, portanto, já tinham uma carga que agora, também, confrontado outra vez com a lei, já era muito grande, relativamente às expectativas que podiam fazer. Disse que, cruzando todas as informações, disse que classificar como urbano seria ilegal e seria errado tecnicamente. Disse que a determinada altura houve algo que lhe pareceu consensual que foi reconhecer que teria um potencial turístico, que o concelho devia aproveitar, e por isso, mantendo a ideia de uma zona rústica, naturalmente com densidades bastante baixas, estavam a abrir, à possibilidade para que a densidade para empreendimentos turísticos pudesse ser muito mais alta. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que, como o professor Jorge Carvalho acabou de dizer, e bem, a parte de estar parcialmente edificada, a solução não seria manter como estava, portanto, cumprindo este primeiro objetivo de estar ou não, parcialmente edificado ou infraestruturada. Referiu que o professor vinha a dizer que *“classificar como urbano, é ilegal porque vai contra os princípios, na ampliação dos perímetros urbanos”*. Disse que, em tempos, chegou a perguntar ao professor, como é que era feita esta questão da ampliação dos perímetros urbanos ou como era medida, porque se noutras zonas, dando o exemplo da Atouguia da Baleia, se tinham a ampliação do perímetro, porque se fazia a variante para resolver aquilo tudo, e tinham ampliação dos perímetros em Atouguia da Baleia, porque é que não podiam ter em Peniche, por a situação ser exatamente a mesma, e nesta situação, o professor não conseguia responder porque é que na Atouguia da Baleia isso não era ilegal e em Peniche passava a ser ilegal, porque, na verdade, estavam a fazer colmatação de malhas, e não

estavam a fazer a ampliação de perímetros urbanos, referindo que o que acabou de dizer foi dito pelo professor Jorge Carvalho e, portanto, se for válido para a Atouguia da Baleia, onde foi a primeira a dizer que não concordava e que agora aceitou, lembrando que o senhor Presidente da Câmara disse que só queriam que tivesse tudo construído, tudo em branco, o que não seria verdade, dando conta que foi a primeira a defender que preferia ter o Centro Histórico com as ARU e centrar a questão na reabilitação, do que ampliar, referindo que a Atouguia da Baleia foi exemplo disso, lembrando que foi contra aquela solução e hoje aceitava-a. Disse que o professor usava sempre o argumento que *“Peniche perdeu população”*, o que era verdade, porque essa população foi para a Atouguia da Baleia, à procura de uma tipologia de habitação, melhor do que aquela que Peniche tinha e não oferecia, continuando sem oferecer, dando o exemplo de moradias com espaço verde à volta, que era o que as pessoas e as famílias procuravam. Disse já ter dado o exemplo de que os seus amigos de Peniche e a própria, foram viver para a Atouguia da Baleia, referindo que era de Peniche e que sempre viveu lá. Disse que era uma questão de procurar uma melhor solução habitacional e por isso, houve uma deslocação da população de Peniche, para a Atouguia da Baleia e para as zonas rurais. Perguntou se queriam que Peniche passasse a ser a zona rural e a Atouguia da Baleia passasse a ser zona da cidade, que não era o que queriam, lembrando que já foi assim no passado, e em termos históricos, já foi assim e agora não era. Disse que queriam que Peniche seja uma cidade, e se tinham que ampliar ou colmatar, teriam que o fazer em Peniche, mais do que fazer noutros sítios, sendo só isso que se pedia. Disse que pediram para que não fosse rústico de edificação dispersa, mas urbano de baixa densidade, tendo sido isso que conversaram e que tentaram esclarecer outra vez, na última reunião, onde o Arquiteto Gil Ribeiro esteve presente, parecendo que nunca tinham explicado isto, não estando à espera que a área castanha se transforme num branco, porque vai contra os seus princípios, e se era aquela que defendia a reabilitação urbana, menos a ampliação, não era isso o que esperava. Disse que o que esperava, seria que naquela zona castanha, possa acontecer alguma coisa de concreto, nos próximos vinte anos porque aquilo, hoje não era para ninguém, nem era para uma cidade e, enquanto não houver pessoas ali a morar, sejam em casas com terrenos grandes ou terrenos mais pequenos, o que queria era que ali estivessem pessoas, porque só assim conseguiam evitar o que lá acontecia, que era a decadência total, a degradação, a droga, prostituição, ações ilegais no território com construções, que eram situações que não deviam acontecer numa cidade, que foi o que pediram desde o princípio, admitindo que às vezes eram muito insistentes e da forma como faziam as apresentações, talvez não fosse benéfica para o esclarecimento daquilo que gostavam de ver ali. Disse que até deram a solução de ter, dentro de um urbano, outras especificidades diferentes, de todas as classes que estavam definidas, tendo achado que o Arquiteto Gil Ribeiro entendeu isso, numa intervenção feita na reunião de acompanhamento, onde apresentaram uma alternativa a aquilo que lhes estava a ser proposto, e não correu bem, quando o professor disse que propunham ilegalidades, não tendo achado isso, porque o professor seria o primeiro a propor as mesmas ilegalidades para a Atouguia da Baleia, para Ferrel e para outros sítios. Achou que seria importante que o professor percebesse que aquilo era muito decadente e se mantiverem tal qual com foi proposto, continuava a ser muito decadente, e que mais do que uma imposição, seria uma vontade, e por si, se quisessem, deixavam como estava, tendo a convicção de que como estava, não vai resolver nada, a quem estava presente, nem a quem vinha a seguir e a quem virá para os próximos anos, pedindo ao professor que fizesse essa análise. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse que o que estavam a propor para Peniche era igual ao que estavam a propor para a Atouguia da Baleia, ao contrário do que foi dito pela senhora Vereadora Cristina Leitão. Disse que tinham, para delimitar perímetros urbanos, uma referência de base, à impossibilidade de o fazer quando não está parcialmente urbanizado ou edificado e depois tinham mais duas questões, duas

orientações legais e técnicas, muito importantes, uma delas, seria exatamente a da contenção, que era claríssima e a segunda era a da estruturação, qualificação do território em termos de estruturação. Disse que na Atouguia da Baleia, estavam a estruturar a população e depois lá dentro, tudo seriam espaços de colmatção e mesmo assim, puseram urbanos de baixa densidade, porque estava tudo dentro da estruturação da povoação, porque quando já estava fora dela, mantinham o rústico de edificação dispersa. Disse que, para Peniche, estavam a propor também, zonas em que só muito dificilmente estavam no limite, para dizer que estava parcialmente urbanizada ou edificada, como zonas urbanas, como seria o caso de todo o eixo central, que de facto, não estava edificado, havendo X zonas brancas por edificar e zonas de baixa densidade, que não era o que queriam para o eixo central, e o critério seria exatamente o mesmo, por razões de estrutura, o que ficava dentro quando era colmatção, qualificavam como urbano, como fizeram na Atouguia. Disse que o castanho era uma zona enorme e que estava para além do que estava hoje, razoavelmente urbanizado ou edificado e, portanto, seria uma situação radicalmente diferente da Atouguia e ao contrário, estavam a ser coerentes e a propor para Peniche, o que estavam a propor para a Atouguia. Disse que não estavam a propor que o castanho fosse rústico tucura, estavam a propor que fosse rústico de edificação dispersa, onde permitia a construção de moradias de densidade grande, baixa, moradias de quintais grandes, moradias apelativas, desse ponto de vista, mas não estavam a dizer que ali não se podia fazer nada, porque entre o rústico de edificação dispersa e o urbano de baixa densidade, a diferença não seria assim tão grande, era uma diferença de grau, numa podia um pouco mais do que na outra. Disse que havia uma diferença total, porque enquanto numa, não a estava a classificar como urbano e por isso, não estava a ferir a lei, na outra, se classificasse como urbano, passava a estar a ferir a lei, e desse ponto de vista, achou que a proposta que fizeram era coerente e não estavam nada, a impedir que ali aconteçam algumas moradias e estavam a excepcionar o que propuseram em termos de rústico de edificação dispersa, permitindo que empreendimentos turísticos de qualidade, ali se instalem. Insistiu que não conseguia deixar de dizer que, na sua leitura, seria ilegal, classificar a área toda como urbana, do seu ponto de vista, não cumpriria a lei. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Em relação ao que o professor Jorge Carvalho disse, de que o urbano de baixa densidade e o rustico de edificação dispersa, teriam regras muito semelhantes, sendo exatamente essa, uma das questões que apresentaram no documento, em que esperavam ter uma resposta. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse que, a determinada altura, quando se mudou a lei, ele próprio e a senhora Dr.^a Fernanda Paula Oliveira discordaram da lei, e como pertenciam às Comissões, quer a nomeada pelo PSD, quer, depois, a nomeada pelo PS, que de alguma forma, votaram na mudança da lei, insistiram muito e não conseguiram que não houvesse a dicotomia urbana rural, por haver uma parte muito grande do território, muito mais norte e centro, que em Peniche, que até seria um problema menor, e dizerem que havia uma zona que não era urbana nem rural, seria uma mistura de urbano rural e por isso, propuseram que houvesse uma outra categoria de urbano rural. Disse que com o documento das categorias de solo, na altura com o Secretário de Estado, conseguiram que, entre as categorias solo, surgisse o urbano de baixa densidade e o rústico de edificação dispersa, dentro do rustico. Disse que a linguagem era exatamente igual porque no fundo, seria o reconhecer que esse urbano rural existe e, portanto, a própria linguagem do decreto regulamentar das categorias solo, identificava este urbano rural e permitia-lhes que, apesar de esta dicotomia urbano e rural, que se mantinha, seja muito atenuada porque encontravam duas categorias, uma como urbano e outra como rústico, mas que no fundo, consubstanciam e consagram uma realidade, sendo um híbrido urbano rural que como tal, se deverá manter. Disse que a grande diferença seria que este

urbano rural, era para se manter urbano rural, toda a expectativa que existia, seria estabilizar aquelas zonas como híbrido-urbano-rural, e tanto o urbano de baixa densidade o estabelece, como o rústico de edificação dispersa o estabelece, havendo uma gradação, e por isso, as regras que estabeleceram para um e para outro, sendo similares, tinham só uma gradação, numa estava mais infraestruturada do que a outra, de onde poderá ter uma densidade um pouco maior que a outra, mas no fundo, tanto numa como noutra, são vivendas, em contexto de baixa densidade, portanto, não havia uma diferença substancial, e por isso, o que estavam a propor, seria o reconhecer que se podia fazer alguma coisa, o reconhecer que os perímetros tinham que ser diminuídos porque a lei impunha, mas mesmo assim, permitir que haja ali alguma dinâmica, de acordo com o que a própria senhora Vereadora estava a sugerir. Achou que o que estavam a propor ia ao encontro do tal equilíbrio, em que o essencial seria recuperar e colmatar o centro da cidade, devendo permitir que ali aconteçam algumas dinâmicas de vivendas, que era uma procura que existia, e que uma área tão grande como aquela, respondia-lhe satisfatoriamente. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que o que o professor estava a propor, não permitia edificar, por causa dos limites mínimos das parcelas. Disse que fizeram o exercício prático de chegar a um terreno urbano de baixa densidade ou de edificação dispersa e, dada as limitações físicas do que estava à volta, não tinha ali, área mínima para construir uma moradia, ficando aí, um buraco. Disse que fizeram esse teste para algumas zonas da Coimbrã, para Reinaldes, e chegaram à conclusão que, com as regras que lhes eram apresentadas, com os terrenos que estavam disponíveis, mesmo que se anexassem uns com os outros, não conseguiam edificar do ponto de vista prático, tendo sido essa a chamada de atenção que fizeram, porque na prática, tentaram adaptar as regras ao que existia, aos locais, para tentar perceber, para casos concretos, o que conseguiam fazer. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Achou que o que a senhora Vereadora disse, era muito sensato e assim o fizeram, mas que seria diferente em quase todos os sítios ser possível, do que ser possível em todos, admitindo que houvesse um sítio ou outro, em que essa circunstância de impossibilidade, face às condicionantes, aconteça. Garantiu à senhora Vereadora que em mais de 90%, era possível, não estando a dizer que seria em todos, mas que, genericamente, seria possível e inclusivamente, havia um caso ou outro, em que, para ser possível, precisava de emparcelar, que era o que queriam, e ali queriam evitar o emparcelamento, para estabilizar o tal híbrido urbano rural, seja no urbano de baixa densidade, seja no RED, e ali seria o contrário, porque precisava de emparcelar para poder, mas mesmo nesses casos, em que precisava de emparcelar para poder, eram poucos, porque fossem muitos, de repente estavam quase a entrar no domínio da quase impossibilidade, não sendo assim, porque na maior parte das vezes, podia. Deu o exemplo do urbano de baixa densidade, que às vezes têm esgoto, quando tem esgoto, até se podia construir uma casa em cada parcela, mas, se de repente estava com densidades tão grandes que o seu buraco já não dava para construir, se vai deixar construir, começava a ter concentrações só com esgoto, com rede pública e isso implicava os tais investimentos que deviam evitar. Disse que havia equilíbrios dentro da infraestrutura e do edificado que, de um modo geral, garantiu que em mais de 90% dos casos, o que estavam a propor era completamente fiável, não garantido que seja para os 100% e não esperava que seja para os 100%, por haver casos em que não devia ser mesmo permitido. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino.

- Disse que até pela realidade que conhece, também achou que seria um risco, abrirem muito, a possibilidade de construir naquela zona, porque as infraestruturas, no essencial, paravam em Vila Maria, referindo que o Caminho do Outeiro e a Travessa da Fialha não tinham infraestruturas,

assim como outros arruamentos, tendo achado que seria o limite que estava previsto. Disse que um dos anseios, particularmente do saneamento e dos pluviais, teria muito a ver com a abertura da Avenida Paulo VI e arranjar alternativas para esse escoamento, que não existem e que em alguns momentos podia ser grave e para além disso, eram visíveis na planta da península, que ainda existiam muitos espaços para construir e que era importante que o fizessem, e que também se fizesse a intervenção do edificado que está degradado, não apenas na zona histórica, onde seria necessário fazer algum incremento e que até achou que estava a acontecer, em certa medida. Disse que talvez fosse interessante perceber esta matéria, sendo essa a opção, em termos de regulamento. Disse que uma das questões interessantes, para aqueles que tem menos conhecimentos desta matéria, seria importante, em toda a faixa, na envolvente da Marginal, saber quais os indícios e na perspetiva, nomeadamente do investimento turístico, quais são os indícios de construção, se são aceitáveis ou não e se podiam criar expectativas de investidores, que perguntam por terrenos privados e públicos. Sobre a questão da legalidade e da ilegalidade, disse ser suscetível a esses alertas e que se não encontrarem outras soluções que tenham cobertura legal, por si, não simpatizava com elas. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Tendo em conta a última afirmação do senhor Presidente da Câmara, disse que não aceitava, querendo que tudo esteja dentro da legalidade e que se tiverem pareceres negativos da CCDR, como o professor chegou a antever, relativamente à zona do Baleal, por si, não achava que a Câmara devesse aprovar nada com pareceres negativos, tudo com pareceres positivos. Lembrou que já disse uma vez, que iam ter ali, algo parecido com o que tinham na Expo, que até achou interessante, por já lá ter vivido dez anos, e que terem isso em Peniche, para si, era “topo”, mas não percebeu porque, se era parecido como que tinham na Expo, porque é que o eixo que passa junto às Piscinas, o tal em que disse que era de perfil minúsculo, não tinha continuidade e porque não ia à rotunda. Disse já ter percebido porque não tinha continuidade, porque, não tendo, como está no desenho, estando o acampamento de etnia cigana naquela zona central, podiam fazer aquela parte e podiam fazer a outra, porque nunca tinham o compromisso de fazer o eixo, por ali em diante. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse que hoje em dia, numa cidade como Peniche, tem sentido que o eixo estruturante, seja uma alameda verde, pedonal, sempre marginada com construção para ter pessoas, para não ter insegurança e sempre para permitir que o carro lá chegue, mas não que o carro atravesse, porque se o carro atravessasse, na sua opinião, diminuía a qualidade do espaço. Disse que o grande eixo central devia ser mais pedonal/verde/associado a um parque, tendo sido esta a primeira razão e não se pensou nos ciganos quando falaram disso, e a segunda razão foi que, com este pequeno desvio, conseguiam logo, com um pequeno troço, fazer alguma coisa, mas independentemente dos ciganos, o que a senhora Vereadora Cristina Leitão lhe estava a dizer era verdade, não tendo pensado nisso, e o poder fazer uma coisa, independentemente da outra, também seria verdade, dando-lhes muito mais margem de manobra e de organização, não tendo sido essa, a verdadeira intenção, a intenção foi mesmo que lhes pareceu que seria muito importante, por um lado, introduzir um conceito de parque linear e por outro lado, associá-lo a este eixo central. Disse que quando isso se projetou, tudo se projetava à volta dos carros, todo o discurso de ordenamento era à volta, tinham que manter o carro e não eliminar o carro, mas conter o carro, porque não podia ser “o rei e senhor” sendo essa a alteração, que seria tirar o enfoque do rodoviário e atualizar o desenho anterior, sendo por isso que a Técnica Superior, Alexandra Tormenta, disse que, do ponto de vista dos edifícios, dos modos, era muito parecido com o velho desenho e o que atualizaram foi porque deram força ao verde e ao pedonal, sendo essa a alteração. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Em relação ao peão ser o “rei” e o carro que não devia ir, também se recordou da Alameda dos Oceanos, que era a tal alameda que era pedonal, mas por onde passavam carros, e que esteve muitos anos fechada e só muito recentemente foi aberta, porque se pensou que aquilo vivia por si só, fechada e depois, a certa altura, abriu-se. Disse que o trânsito nesse local andava mais devagar, porque era um trânsito que tinha uma calçada, tinha um espaço muito estreito, não havendo sítios para estacionar e mesmo assim, os carros passavam por lá, porque só a partir do momento em que abriram a alameda e os carros começaram a passar, criou dinâmica, sabendo isso, por ter vivido lá, apareceram restaurantes, serviços de finanças, a partir do momento que o carro foi aberto, porque até terem aberto o carro, aquilo era uma terra em que ninguém lá ia, a não ser que fossem lá passear quando estavam lá ao fim de semana. Disse que havia coisas que depois, não jogavam com as vivências que se fazem dos locais, mas eram coisas menores. Sobre a questão do estacionamento, onde viu duas áreas de estacionamento, preferia ter ali, estacionamento subterrâneo, se fosse caso disso, dando o exemplo do Município das Caldas da Rainha, que fez um investimento com fundos comunitários, seria uma boa solução para Peniche e o que acontecia, seria que ampliavam a zona do espaço público naquela zona, que bem precisava, porque como estava hoje, estava muito desqualificada, e talvez não precisassem de estar a fazer esse espaço público que o professor colocou um pouco mais ao lado, junto aos equipamentos, podendo ter, mas podia não ser tão grande e tudo isso teria que ser medido. Disse que também havia a questão de tirar a rotunda e o estacionamento em frente ao Tribunal e depois faziam-se ali, dois equipamentos que nem sequer alinhavam com o Tribunal.-----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Pareceu-lhes muito importante que a Praça do Mercado fique potencial. Disse que seria um primeiro ensaio do desenho urbano para dar uma imagem e quando e se chegarem a um projeto exato, as questões funcionais, questões de evolução, teriam que ser feitas com muito cuidado. Disse que havia uma intenção, pedindo para que depois não a lessem em pormenor, porque qualquer projeto em pormenor, não podia dispensar as vivências locais e ver como elas evoluem ao longo do tempo.-----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Pediu para que lhes fizessem chegar a proposta, solução, mais detalhada do eixo central. Disse que gostava do desenho, mas gostaria que a proposta fosse realista, porque se o senhor professor lhe apresentasse a proposta, com uma perspetiva de ali ter um estacionamento subterrâneo, tivesse o cálculo de quanto isso custava e a capacidade financeira da Câmara para o fazer, estariam perfeitamente de acordo, mas isso seria irrealista, porque se não tiverem a solução do estacionamento subterrâneo e não a poderem concretizar, o que estavam a fazer ali, nunca se poderia realizar. Disse já lhe ter chamado, à atenção uma vez, convidando-o para ir, em abril, há cerca de dois anos atrás, consigo ao mercado a um sábado, dando-lhe o exemplo do que se passou no fim de semana anterior à Páscoa, de uma senhora que estacionou em cima do passeio, por não ter espaço para estacionar, porque o parque do Tribunal estava cheio. Disse que ainda havia a questão de querer justificar-se que a solução que ali estava, não indo para a questão do rústico ou urbano de baixa densidade da vivenda, o que estavam ali a projetar, eram prédios, habitação coletiva, sendo preciso também, quantificar o que isso representava do ponto de vista da habitação coletiva, que ali estava a ser indicada. Disse que Peniche estava a perder população, questionando onde se ia buscar população para meter nesse local, e quando seria para construir. Disse que estas matérias teriam que ser discutidas e que por um lado, não podiam dizer que estavam a perder população e de repente arranjava-se pessoas para habitar nesse local.-----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse que nos estudos de mobilidade, em todos os centros históricos, implicava o considerar e o disciplinar o estacionamento, não ignorando que ele existe, mas ao mesmo tempo, condicioná-lo com realismo, que seria um outro projeto para discutir.-----

Senhor Vereador David Brás:

- Voltando à questão do estacionamento, para dar a sua opinião, também achou que seria um erro remover dali o estacionamento. Disse que os sábados eram dias de muita azáfama naquela zona, por causa do mercado, mas também o verão, que começa em maio, e a partir de maio, junho, havia dias, talvez até da semana, em que seria complicado arranjar estacionamento naquela zona. Embora lhe parecesse apelativo o que estava no desenho, todas as pequenas áreas verdes, de que era defensor, nessa zona, não saberia se funcionaria, partindo do princípio que se tem que reduzir o número de lugares de estacionamento. Em relação à via do Eixo Central, a Paulo VI, disse que nesta fase, não punha de parte, mas que talvez, não seria pior, explorar uma alternativa à alternativa de manter aquela via a direito, ou seja, não lhe chocava a situação atual, mas não sabia se resultava. Disse que a via sofria um desvio em direção à Avenida Brasil, em direção ao Hospital, que ficava para trás. Disse que no eixo central onde supostamente poderia ou já esteve projetado à anterior Paulo VI, continuava a ser uma zona rodoviária, continuavam a ser estradas secundárias. Embora não lhe chocando, não saberia se funcionaria como se pretendia. Disse ter algumas dúvidas, sobre este modelo.-----

Senhor Vice-Presidente, Mark Ministro:

- Também comungou da preocupação, relativamente ao estacionamento, sem haver ali um estacionamento alternativo subterrâneo, tendo a opinião que não resultava. Disse não saber até que ponto, poderiam fazer uma continuidade a seguir às Piscinas, pelo menos no troço a fazer a ligação, não vendo o que poderiam ganhar com aquela interrupção, e na sua opinião, faria mais sentido ser continuo.-----

Senhora Vereadora Ana Rita Petinga:

- Disse que se preocupava, essencialmente, com o estacionamento, porque perderem ali, aquele estacionamento, podia ser danoso, nomeadamente para as pessoas que visitam Peniche e também para o Mercado Municipal, e em parte, também comungou da opinião do senhor Vice-Presidente, Mark Ministro, de que fazia muito sentido, haver uma ligação direta com as piscinas.-----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Comungaram das preocupações, nomeadamente as que o senhor Vereador David Brás aduziu, a questão do estacionamento, a questão da expectativa legítima, que existia, de uma Paulo VI devidamente desafogada, e sendo a Paulo VI, igual ao projeto que existia, pelo menos, na cabeça das pessoas de Peniche há muitos anos, confessando que até hoje, não conheceu um argumento forte do ponto de vista técnico dos senhores que apresentam as propostas e a vertente do ponto de vista técnico, sentiam o território de outra forma, naturalmente, mas nem os técnicos estão alheados daquilo que era a perceção das comunidades, nem tão pouco, os leigos, lendo-se políticos, estavam alheados daquilo que é o melhor, do ponto de vista técnico e daquilo que é o exequível. Disse que, de certa, forma, embora não tenham a formação que se impunha para formular uma proposta credível, fiável, exequível, tinham, no fundo, uma vivência do território, nomeadamente as expectativas que existem nas comunidades. Disse que eram um órgão representativo, referindo que não estava na reunião enquanto Filipe, estava a representar um conjunto de pessoas, que no fundo, seria o princípio do poder local e que desde sempre, defenderam, não aquele desvio para a rua do

Brasil, mas uma Avenida Paulo VI, como desde sempre foi projetado, pelo menos, na cabeça das pessoas da nossa terra. Admitiu que existam alguns argumentos técnicos que fundamentem esta proposta, admitindo inclusive aquilo que há pouco foi dito, que esta proposta poderia eventualmente até ser muito próxima daquela que em tempos houve, não do tempo do fascismo, mas posterior, confessando que era um profundo defensor da Avenida Papa Paulo VI até às Piscinas Municipais. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Perguntou se a nova estrada que vinha da Marginal Norte e que fazia a ligação por cima das Piscinas, era consensual. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Não respondendo diretamente a aquilo que o senhor Presidente perguntou, quis lembrar que ficaram de avaliar o que era propriedade municipal, até porque isso vai condicionar um pouco depois, a solução da equipa do PSD, o que seria importante, referindo que havia um mapa, inclusive, dos serviços com todo o cadastro, com aquilo que é propriedade municipal, era importante definirem ali, até porque a partir daí, podiam optar por outras soluções, para resolver outros problemas, tendo em conta se soubessem o que era e o que não era propriedade municipal, porque a questão da construção da via, também se prendia um pouco com isso. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse que ficava bastante contrastado, tendo que se adaptar ao que lhe pareceu ser uma opinião dominante. Relativamente à questão do estacionamento, disse que era uma falsa questão, porque era um desenho que nem constava do PDM, e, portanto, nada impedia que o estacionamento lá se mantenha e nada impedia que o estudo seja feito e, verdadeiramente, de qualquer forma, disse que nada impedia que se mantivesse como estacionamento, e do ponto de vista do estacionamento, achou que a questão podia ser perfeitamente resolvida só com essa nuance. Relativamente à Paulo VI, disse que, de qualquer forma, nada impedia, mas do seu ponto de vista, prejudicava, mas não seria algo decisivo, que a via Paulo VI se mantenha toda. Disse que continuavam a ter o desvio do tráfego mais rápido, mas tinham uma via para um lado, que vai do Mercado às Piscinas, que pensou que podia ser uma solução de compromisso. Disse que o plano determinava se o espaço era público ou é privado. -----

Senhor Vice-Presidente, Mark Ministro:

- Disse que a rua começava nas Piscinas com quatro faixas e ao passarem para o outro lado, perguntou quantas faixas passariam a ter. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse que havia uma questão de dimensões e de organização, e que nunca deveriam ter, no centro da cidade, um grande descampado para um mercado desses, e isso seria como não ter centro. Disse que tinham, como plano que avançou tanto, em detalhe, que às vezes suscita, que avancem ainda com mais detalhe, referindo que não encontravam mais nenhum Plano Diretor com este tipo de detalhe e, às vezes, já estavam em coisas que já se aproximavam muito de projeto, e que havia ações, proposta concreta, que tinham que passar a projeto, a medições, a contágios, se quiserem fazer um trabalho sério, e estavam um pouco nesse domínio. Disse que às vezes, os Mercados organizavam-se e reorganizavam-se, e por isso, teria dificuldade em responder de uma forma tão taxativa e se estava a implicar mudanças de qualquer tipo, teria que estudar como elas evoluem. Disse que algo que suscite grandes ocupações, do ponto de vista de Mercado ou outras, achou que o Fosso da Muralha que, se não fosse para isso, não seria para nada, teria que ter esse tipo de

ocupações de grande dimensão. Disse que, ao pé do Mercado, precisava de ter um espaço de dimensão significativa cá fora, por haver dinâmicas de fora, de vários tipos, que às vezes eram de abastecedores, outras vezes eram de venda direta ao público em complemento ao que está lá fora, e, verdadeiramente, tinham um espaço muito grande que podia ser para tudo isso. Disse que quando há uma pergunta muito concreta, relativamente ao Mercado Abastecedor, tinha alguma dificuldade em responder, para ser franco. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Disse que, no dia 10 de dezembro de 1998, foi publicado o Regulamento do Mercado Abastecedor de Peniche, que era devidamente detalhado, quanto ao espírito do Mercado Abastecedor, dizendo inclusivamente que só se podia vender mais de cinco quilos de alperces e não menos, e em contrapartida, a laranja teria que ser mais de dez quilos. Disse ter suscitado a questão do Mercado Abastecedor, porque quem o conhecia, sabia perfeitamente que a maioria das pessoas que vende no Mercado Municipal, vai também abastecer-se ao Mercado Abastecedor e alguns deles, tinham o filho no Mercado Abastecedor e estavam a vender no Mercado Municipal. Julgou que quanto estão a falar do PDM e já que entraram no grau de detalhe em que entraram, fazia sentido que convinha acautelar um espaço para o Mercado Abastecedor, para a proposta não conflitar com aquilo que era o seu propósito, que seria mantê-lo ali, para depois, não correrem o risco de o novo PDM entrar em vigor, e seria certo, e todos tinham muitas dúvidas de que percentagem de execução vai ter este PDM, convinha não entrarem nesse nível de incongruência.

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Quis dizer algo que lhe pareceu ser extremamente importante, que, quando estão a discutir a questão, não se preocupava muito se vendiam um quilo de laranjas ou se vendiam dez quilos de laranjas, preocupava-se muito, se havia ou não, necessidade de um Mercado Abastecedor. Disse que se houver necessidade de um Mercado Abastecedor, teriam que encontrar um local alternativo para ele, ou seria onde estava, se há condições para que ele possa continuar naquele espaço, ou então, não havendo condições, teria que se encontrar uma solução. Disse que alguém teria que fiscalizar, o que seria outra questão, por a fiscalização não ter a ver com a necessidade da existência do espaço, o que lhe pareceu importante. Relativamente ao resto da solução, achou que seria daquelas histórias que teriam que amadurecer um pouco melhor. Disse que, como foi um dos sete autores da continuidade do projeto fascista da Paulo VI, tinha uma certa relutância em abandonar esse projeto. -----

Senhor Professor Jorge Carvalho:

- Disse que qualquer população precisava de vários tipos de Mercado, e se o Mercado Abastecedor for mesmo no sentido grossista, como define no regulamento, achou que se ele tiver dimensão para isso, dependendo da procura, um bom sítio seria o fosso das muralhas e se, ao contrário, era para, alterando o regulamento, permitir o que lá hoje acontece, para que depois não aconteçam ilegalidades, era evidente que a pressão seria menor e então, todo o espaço que fica entre o Mercado e o Tribunal atual, provavelmente eram suficientes. O que lhe pareceu mesmo muito mal, seria que num sítio daquela centralidade, reservam um espaço muito grande para um dia, parem ali camionetes, o que seria desqualificar o centro da povoação. Insistiu em que, se a Câmara, um dia, outra vez, conseguir ter meios para construir os equipamentos de escala superior, que se propõe fazer, o sítio que estavam a propor, seria o sítio obvio, e enquanto não houver dinheiro para os equipamentos, não havia razão nenhuma para tirar de lá o Mercado Abastecedor. Achou que, neste momento, confessando que aquilo que lhe perguntaram, neste momento, sentia-se muito mais seguro para reforçar a proposta que têm, pela informação que lhe deram aqui.-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 531/2019: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

Sendo dezasseis horas e trinta e sete minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Ana Carriço*, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, em regime de substituição, subscrevo. -----

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 9 de setembro de 2019, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

(assinado no original)

A Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão e Urbanística,
em regime de substituição,

(assinado no original)
